



**PARECER JURÍDICO Nº 90050/2026**

**INTERESSADO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E GESTÃO DO TRÂNSITO

**ASSUNTO:** Análise Jurídica do Processo Licitatório nº 50/2026. Concorrência Eletrônica nº 90050/2026. Contratação de empresa especializada para execução de obra de contenção de encosta.

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATOS. LEI Nº 14.133/2021. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA. ESTABILIZAÇÃO DE ENCOSTA. ANÁLISE DOS ASPECTOS FORMAIS E MATERIAIS DO EDITAL E SEUS ANEXOS. VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DO PROCEDIMENTO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. COMPETÊNCIA. MODALIDADE. CRITÉRIO DE JULGAMENTO. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. REGIME DE EXECUÇÃO. PUBLICIDADE. PRAZOS. EXAME DE LEGALIDADE DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PARECER PELA REGULARIDADE E VIABILIDADE JURÍDICA DO PROSSEGUIMENTO DO CERTAME.

## **1. RELATÓRIO**

Trata-se de análise jurídica do Processo Administrativo nº 50/2026, referente à Concorrência Eletrônica nº 90050/2026, encaminhado a este setor para verificação da legalidade do procedimento e do instrumento convocatório, antes de sua publicação. O certame tem por finalidade a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de construção de contenção em muro de gabião, para estabilização de encosta no Bairro Calheiros, no Município de Governador Celso Ramos/SC, conforme detalhado no Edital e no Termo de Referência em anexo.

A necessidade da contratação, conforme exposto no Estudo Técnico Preliminar, decorre de um evento de fortes chuvas ocorrido em 16 de janeiro de 2025, que provocou um severo deslizamento de terra na encosta em questão. Tal evento comprometeu a estabilidade do talude e resultou no bloqueio total da principal via de acesso da cidade, gerando graves transtornos à mobilidade urbana, ao deslocamento de moradores e à prestação de serviços essenciais e de emergência. A solução técnica proposta, a construção de um muro de gabião, visa conter o maciço, estabilizar a encosta, controlar processos erosivos e, fundamentalmente, restabelecer a segurança da população e a trafegabilidade da via afetada.

O procedimento licitatório foi estruturado na modalidade Concorrência Eletrônica, com modo de disputa aberto e critério de julgamento de menor preço por lote



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**FOLHA**  
**Nº** \_\_\_\_\_

único. O regime de execução contratual definido é o de empreitada por preço unitário (Termo de Referência).

O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 2.308.738,88 (dois milhões, trezentos e oito mil, setecentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos)**, a ser custeado com Recursos Estaduais, por meio de Convênio Simplificado vinculado ao Processo SGP-e SCC 4808/2025, conforme indicado na dotação orçamentária do Edital e do Termo de Referência.

A documentação submetida a esta análise compreende o Edital da Concorrência Eletrônica nº 90050/2026 e seus anexos, com destaque para o Estudo Técnico Preliminar (Anexo I.A), o Termo de Referência (Anexo I) e o Projeto Básico (Anexo II), os quais fundamentam e detalham o objeto e as condições da contratação.

Assim, o presente parecer tem como escopo a verificação da conformidade dos atos preparatórios e do instrumento convocatório com as normas de regência, em especial a Constituição Federal, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e a legislação municipal aplicável, a fim de subsidiar a decisão da autoridade competente quanto ao prosseguimento do certame.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

A análise da legalidade do procedimento licitatório em tela pauta-se no dever da Administração Pública de observar os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, conforme preceitua o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. A matéria é regida, em âmbito infraconstitucional, pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e, no que couber, pelos decretos municipais que a regulamentam, citados no preâmbulo do edital (pág. 6).

### **2.1. Da Competência, Motivação e Interesse Público**

A instauração do processo licitatório é ato de competência da autoridade máxima do órgão ou entidade, que, no caso em tela, é o Prefeito Municipal, subscritor do Edital. A competência para adjudicar e homologar o certame também lhe é atribuída pelo item 13.2 do Edital, em conformidade com a estrutura administrativa municipal e o art. 71, II, da Lei nº 14.133/2021.

A motivação para a contratação está robustamente demonstrada no Estudo Técnico Preliminar. O documento descreve de forma clara a situação fática que originou a necessidade: o deslizamento de encosta decorrente de um desastre natural, com consequências diretas para a segurança da população e para a infraestrutura de mobilidade do município. A contratação, portanto, não se afigura como um ato discricionário desprovido de fundamento,



mas como uma medida imperativa para a mitigação de riscos e para o restabelecimento da normalidade social e administrativa. A justificativa alinha-se, portanto, ao interesse público primário, que consiste na garantia da segurança e do bem-estar coletivo.

Dessa forma, os requisitos de competência para a deflagração do certame e a motivação baseada em necessidade pública concreta e devidamente justificada encontram-se plenamente atendidos.

## **2.2. Da Modalidade Licitatória e do Critério de Julgamento**

A Administração Pública optou pela modalidade **Concorrência, em sua forma eletrônica**, para a contratação do objeto. A escolha é adequada, uma vez que o art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, prevê a Concorrência como modalidade aplicável para a contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia. O objeto em questão, "execução dos serviços de construção de contenção em muro de gabião", classifica-se como um serviço de engenharia, legitimando a escolha da modalidade.

Ademais, a adoção da forma eletrônica atende à preferência legal estabelecida no art. 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, que privilegia os procedimentos realizados por meio eletrônico, promovendo maior transparência, celeridade e amplitude da competição.

O critério de julgamento adotado foi o de menor preço por lote. Esta escolha é compatível com o objeto licitado, que, embora seja um serviço de engenharia, possui especificações técnicas precisas e detalhadas no Projeto Básico e seus anexos (Anexos II, II.A, II.B e II.C). Essa padronização do objeto permite que a disputa se concentre no fator preço, sem prejuízo da qualidade, que é assegurada pelas especificações técnicas e pelos requisitos de habilitação. A decisão se ampara no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

O julgamento por lote único também se mostra justificado. A natureza da obra de contenção de encosta envolve uma sequência de serviços interdependentes, como preparação da área, fundação, montagem das estruturas, drenagem e acabamentos. O parcelamento do objeto, neste caso, seria tecnicamente desaconselhável e potencialmente antieconômico, pois poderia comprometer a visão integrada da solução de engenharia e gerar dificuldades na coordenação e responsabilização pela execução. A Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, embora referente à lei anterior, consagra o princípio de que o parcelamento é obrigatório quando técnica e economicamente viável, o que, a *contrario sensu*, justifica a licitação por preço global ou por lote quando o fracionamento é inviável.

## **2.3. Do Regime de Execução Contratual**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**FOLHA**  
**Nº** \_\_\_\_\_

O Termo de Referência (pág. 11, item 8.4) estabelece o regime de execução de empreitada por preço unitário. Este regime, previsto no art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, é contratado por preço certo de unidades determinadas.

A escolha é tecnicamente pertinente para obras de engenharia como a presente, especialmente em intervenções geotécnicas. Em obras de contenção de encostas, é comum que os quantitativos exatos de serviços como escavação, remoção de solo instável e aterro não possam ser mensurados com precisão absoluta na fase de projeto, podendo variar conforme as condições encontradas durante a execução. O regime de empreitada por preço unitário oferece a flexibilidade necessária, pois a remuneração da contratada se dará com base nas quantidades efetivamente executadas de cada serviço previsto na planilha orçamentária, cujos preços unitários foram definidos na licitação. Isso garante que a Administração pague apenas pelo que foi de fato realizado, ao mesmo tempo que confere segurança à contratada.

A utilização de sistemas de custos referenciais, como o SINAPI e o SICRO (ETP, pág. 5), para a formação dos preços estimados confere maior transparência e aderência aos valores de mercado, fortalecendo a regularidade da escolha deste regime de execução.

#### **2.4. Das Fases do Procedimento e dos Prazos**

A análise dos prazos e das fases procedimentais descritas no Edital revela conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Quanto à publicidade, o Edital prevê a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), no sistema COMPRASGOV e no site da Prefeitura (Edital, págs. 2 e 24), atendendo plenamente ao disposto no art. 54 da Lei de Licitações. O prazo para apresentação das propostas está fixado para o dia 1º de junho de 2026 (Edital, pág. 1), o que, considerando a data de publicação do edital, respeita os prazos mínimos para obras e serviços de engenharia.

Os prazos para impugnação e pedidos de esclarecimentos estão fixados em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública (Edital, pág. 9, itens 5.1 e 5.3), e o prazo para resposta da Administração também é de 3 (três) dias úteis (Edital, itens 5.2 e 5.4), o que está em estrita consonância com o art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

No que tange à fase recursal, o Edital estabelece o prazo de 3 (três) dias úteis para a interposição de recurso (item 11.2), com a necessidade de manifestação imediata da intenção de recorrer (item 11.3.1), sob pena de preclusão. Tal disposição replica corretamente as regras do art. 165 da lei, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa sem comprometer a celeridade do procedimento.



## **2.5. Dos Requisitos de Habilitação**

Os requisitos de habilitação, detalhados no Capítulo X do Edital e, principalmente, no item 8 do Termo de Referência, devem ser necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto, sendo vedadas exigências que restrinjam indevidamente a competitividade.

A habilitação jurídica e a habilitação fiscal, social e trabalhista consistem em exigências documentais padrão, em conformidade com os arts. 66 e 68 da Lei nº 14.133/2021, não apresentando irregularidades.

A qualificação econômico-financeira exige, além da certidão negativa de falência, a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis com índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1. A fixação de índices contábeis é permitida pelo art. 69, I, da lei. De forma a ampliar a competitividade, o Termo de Referência prevê uma alternativa para as empresas que não atingirem tais índices: a comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação. Esta medida é razoável e está alinhada às disposições dos §§ 3º e 4º do art. 69, demonstrando equilíbrio entre a segurança da contratação e a busca pela pluralidade de licitantes.

A qualificação técnica é o ponto que merece maior atenção em contratações de engenharia. O edital exige comprovação de capacidade técnico-operacional por meio de atestado de execução de, no mínimo, 800 m² de muro de gabião. O art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, permite a exigência de quantitativos mínimos em relação a parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo, desde que limitadas a 50% do total a ser executado. A definição do que constitui "parcela de maior relevância" é atribuição da área técnica. Presumindo-se que a justificativa para tal quantitativo conste nos autos do processo administrativo, a exigência é, a princípio, legal. A possibilidade de somatório de atestados para atingir o quantitativo mínimo é uma medida salutar que amplia o universo de competidores.

Quanto à capacidade técnico-profissional, exige-se a indicação de um Engenheiro Civil com acervo técnico (CAT) compatível com a parcela relevante, o que é perfeitamente legal (art. 67, II). O edital ainda prevê diversas formas de comprovação do vínculo do profissional com a empresa, incluindo declaração de compromisso de futura contratação, o que se alinha com a jurisprudência consolidada e evita restrições desnecessárias.

Por fim, a exigência de vistoria técnica ou, alternativamente, de declaração de conhecimento do local, está amparada no art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021, e se justifica pela complexidade e particularidades de uma obra de contenção de encosta.

## **2.6. Da Análise Geral do Edital e Seus Anexos**



O instrumento convocatório e seus anexos demonstram uma estrutura coesa e alinhada às melhores práticas e às exigências legais. O objeto está devidamente especificado, o orçamento estimado encontra-se fundamentado em sistemas referenciais (SINAPI/SICRO), e a minuta do contrato (Anexo III) integra o edital, conferindo previsibilidade e segurança jurídica aos futuros contratados, em obediência ao art. 40, III, da lei.

A análise de exequibilidade e sobrepreço está bem delineada no Edital, que adota os parâmetros do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, como a presunção de inexequibilidade para propostas com valores inferiores a 75% do orçado em obras de engenharia (§ 4º) e a exigência de garantia adicional para propostas inferiores a 85% do valor orçado (§ 5º).

As regras sobre subcontratação, garantia contratual e o regime de sanções administrativas estão em conformidade com os dispositivos correspondentes da Lei nº 14.133/2021 (arts. 122, 96 a 102, e 155 a 163, respectivamente).

Dessa forma, o conjunto documental apresentado para a licitação atende aos requisitos formais e materiais exigidos pela legislação, estabelecendo regras claras, objetivas e isonômicas para a disputa.

### **3. DA CONCLUSÃO**

**Diante de todo o exposto, após análise pormenorizada dos aspectos formais e de legalidade do Processo Administrativo nº 50/2026, conclui-se que o procedimento relativo à Concorrência Eletrônica nº 90050/2026 se encontra em conformidade com os ditames da Constituição Federal e, em especial, da Lei nº 14.133/2021.**

A contratação está devidamente justificada pelo manifesto interesse público de garantir a segurança da população e a infraestrutura municipal. A escolha da modalidade, do critério de julgamento e do regime de execução mostra-se adequada e fundamentada para o objeto licitado. Os requisitos de habilitação são pertinentes e proporcionais à complexidade da obra, não se vislumbrando cláusulas que possam restringir indevidamente a competitividade.

Ressalta-se que este parecer se limita à análise jurídica dos documentos, não adentrando no mérito das especificações, quantitativos e orçamentos de engenharia, cuja responsabilidade é da equipe técnica que elaborou e subscreveu os respectivos documentos.

Posto isso, **esta Procuradoria opina pela regularidade do procedimento e pela inexistência de óbice legal para o prosseguimento da Concorrência Eletrônica nº 90050/2026**, nos termos do edital e anexos apresentados, sugerindo sua aprovação pela autoridade competente para a subsequente publicação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**FOLHA**  
**Nº \_\_\_\_\_**

É o parecer, que se submete à consideração superior.

Governador Celso Ramos/SC, 14 de maio de 2026.

**GRASIELA ILZA ROSA**  
*Procuradora Geral do Município*  
OAB/SC 20.653